

Relatório de acompanhamento das Iniciações Científicas vinculadas ao *fluxo temático penalização a céu aberto* (FT PCA)

Este relatório objetiva assinalar os avanços e contribuições das pesquisas de Iniciação Científica (IC), vinculadas ao fluxo *penalização a céu aberto*, diante dos seus planos e objetivos específicos propostos e apresentados em relatório parcial do PTE para o ano de 2012.

Em 2012 foram 5 (cinco) pesquisas de IC vinculadas a este fluxo. Embora o número seja o mesmo do ano passado, tanto as pesquisas como os pesquisadores mudaram. A pesquisa “Mídia e polícia na (des) construção do movimento punk paulistano”, desenvolvida por Flávia Lucchesi de Carvalho Leite, estudante do curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, com bolsa CNPq, foi concluída¹ em 2012 e a pesquisadora continua vinculada ao PTE com o início de um trabalho de mestrado apresentado e aprovado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, sob orientação de Edson Passetti. Outra pesquisa, vinculada no ano passado a esse fluxo e desenvolvida por Hannah Maruci Aflalo, estudante do curso Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, com bolsa FAPESP, continua em vigor, mas agora deslocada para o fluxo *Direitos*². A pesquisa de Paula Soldera de Barros Santiago, estudante do mesmo curso e também bolsista FAPESP, foi considerada concluída e a pesquisadora desligada

¹ O breve artigo de apresentação dos resultados da pesquisa foi publicado na *Revista Ecológica* e pode ser consultado em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/11394>>. O mesmo trabalho contou também com apresentações no *Encontro de Iniciação Científica da PUC-SP* e em outros congressos que a jovem pesquisadora inscreveu seu trabalho.

² A pesquisadora também divulgou resultados iniciais na forma de artigo em sessão destinada a esse fim da Revista Ecológica. Cf. <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/9086>>.

da bolsa e do PTE. Nesse relatório serão apresentados os resultados finais destas pesquisas e suas contribuições ao FPCA.

Continuam em realização e vinculadas ao FPCA as pesquisas: “A multidão na antiglobalização: captura e alternativa das resistências na sociedade de controle”, desenvolvida por Maria Raquel Santos Simão, estudante do curso de Ciências Sociais, inicialmente bolsista PIBIC-CNPq e agora com bolsa FAPESP relativa a cota adicional do PTE; “UPP e UPP social: novas modulações de segurança pública, dispositivos para cuidar da vida *no e do planeta*”, desenvolvida por Mayara de Martini Cabeleira, também estudante de Ciências Sociais e bolsista PIBIC-CNPq e agora com bolsa FAPESP pleiteada e contemplada diretamente junto ao programa FAPESP de Iniciação Científica.

Duas novas pesquisas de IC vincularam-se ao PTE e ao FPCA, no segundo semestre de 2012. 1) “Cooperifa e 1DaSul: produção cultural pelo resgate do orgulho e pertencimento nas periferias paulistanas”, desenvolvida pelo estudante do curso de Ciências Sociais Alexandre Arbex; 2) “Serviços estatais: os Telecentros como método de controle dos contingentes paulistanos de baixa renda”, desenvolvida pelo também estudante de Ciências Sociais, Thierry Dayr Leandro Chemelle. Seguindo o critério adotado desde o início para realização de IC’s no PTE, os dois estudantes iniciaram suas pesquisas com bolsa do PIBIC-CNPq da PUC-SP.

Foi de igual empenho o envolvimento dos pesquisadores em relação às suas pesquisas específicas de IC e atividades do PTE. Dedicaram-se às atividades vinculadas ao projeto, com evidente repercussão em seus relatórios de atividades e científico. Mantiveram comparecimento regular na sala do projeto e estiveram presentes nos seminários realizados por pesquisadores do projeto e pesquisadores convidados, repercutindo as discussões em seus respectivos relatórios. Além da participação e acompanhamento do “Colóquio Transformações da Biopolítica”, ocorrido entre os dias 8 e 11 de outubro de 2012, no TUCARENA, da PUC-SP. O Colóquio apresentou resultados do PTE

em conversação com outros pesquisadores do Brasil, América Latina e Portugal³. Por fim, responderam sempre afirmativamente às solicitações suplementares de acompanhamentos específicos e tabulações solicitadas pertinentes às temáticas referentes ao FT PCA, expondo dificuldades e limitações, na mesma medida de soluções, avanços e novidades. Como também produziram, junto aos demais bolsistas de IC, uma série de relatórios específicos e resenhas que foram utilizados no levantamento da documentação relativa ao FT PCA e selecionados para publicação do site do PTE como complemento do relatório.

A apresentação dos relatórios parciais (e um final) trouxe importantes contribuições para o cumprimento dos objetivos apresentados em relatório anterior, com sistematizações e apresentações de documentos, suscitando, também, sugestões analíticas e de bibliografia. Nas reuniões de orientação as solicitações de relatórios e leituras específicas feitas aos estudantes foram orientadas pelo plano de atividade proposto para esse período em relatório do ano anterior. Nesse sentido, as duas novas bolsas atenderam aos itens específicos que propunham os estudos da ONG e da OSCIP, *1DaSul* e *Cooperifa*, e situação dos equipamentos sociais e de inclusão nas periferias da cidade de São Paulo.

Por meio de relatórios específicos e da realização das 5 (cinco) pesquisas específicas, também foram reunidos documentos e sistematizações acerca dos negócios sociais; da acomodação de movimentos antes percebidos como resistências e hoje melhor caracterizados como produtores de condutas resilientes e conduta política guiada pela emoção/participação, dando contornos contemporâneos ao que Michel Foucault chamou poder pastoral. Com a diferença de que hoje, conforme as descrições encontradas nos relatórios, todos se encontram modularmente incluídos, ora na condição de pastor, ora na condição de pastoriado.

³ Para mais informações, consultar: <http://www.pucsp.br/ecopolitica/eventos/coloquio.html>

Tomando o material reunido pelas pesquisas de IC, não foi constatado a recorrência na produção ou busca de *ciudades sustentáveis* e/ou *ciudades resilientes*. Embora, de um lado, a questão do meio ambiente e da sustentabilidade esteja presente em todos os focos das pesquisas – na maior parte das vezes referidas aos documentos da ONU – e, de outro lado, a noção de resiliência, mesmo não aparecendo nomeada nos documentos e/ou organizações estudadas, se constitua como chave analítica para compreensão do funcionamento de programas e políticas propostos. A conexão entre sustentabilidade e resiliência no que se refere ao governo das condutas nas cidades será apresentada em relatório principal do FPCA. Destaca-se, como relevo do material apresentado, a importância que cada projeto, programa, documento e/ou política confere à produção, fomento e incentivo de ações culturais. Importância tal, que é possível afirmar que as políticas e programas culturais voltados sempre com especial atenção para crianças e jovens constituem-se como amalgama do que pode, num mesmo programa, reunir uma política social, econômica e de segurança. Esta última, sempre apresentada como pré-condição para o desenvolvimento social e econômico, que deve ser sustentável em seus três pilares, ou seja, além do ambiental, o social e econômico, amalgamado por uma cultura que modula resilientemente as condutas moderadas e obedientes em ambientes tido como vulneráveis por apresentar degradação, mais uma vez, ambiental, social e econômica.

Um outro resultado interessante a ser anotado nesse conjunto de relatórios é o fato de que, com exceção das UPPs e UPPs social, todos tratam de experiências que iniciaram-se no começo dos anos 2000 e, na década seguinte, mostram sinais de esgotamento. De maneira que, além de suas referências diretas e indiretas ao programa de Metas do Milênio (em especial no que diz respeito a erradicação da miséria, promoção da igualdade e do desenvolvimento sustentável) lançado em 2000 pela ONU, o “fracasso” de cada programa indica o renovação das metas e o desdobramento de programas e

políticas conectados em outros programas que continuam a perseguir os mesmo objetivos.

Posta a articulação das 5 (cinco) pesquisas, segue uma descrição sumária com alguns destaques em cada uma das pesquisas, que repercutiram em formulações analíticas e material de evidência empírica a serem tratadas no relatório principal do FPCA.

Em relação ainda aos objetivos apontados para o fluxo em 2012, a pesquisa relativa aos movimentos anti-globalização concentrou-se na história, produção e conexões do Fórum Social Mundial (FSM). Para isso, não apenas remontou as principais temáticas e locais presentes nos mais de 10 anos de FSM, como dedicou-se a produzir breves biografias de seus idealizadores e realizadores (Chico Whitaker, Bernard Cassen e Oded Grajew). Em termos de resultados pertinentes a esse FPCA, cabe destacar o entrelaçamento, por meio de figuras chaves, como esses três fundadores do FSM, em diversos programas, ONGs, Institutos, Fundações e instâncias governamentais relacionadas aos negócios sociais ou a que o PNUD nomeia como *inclusive business*. Como apontado e analisado em relação ao mesmo Oded Garjew e o Instituto ETHOS no relatório passado. Exposto de forma sucinta vê-se, via os fundadores do FSM, como se articula uma esquerda partidária e de atuação representativa parlamentar. Sujeitos formados na e pela Juventude Universitária Católica (JUC), como é caso de Chico Whitaker e, em parte, Oded Grajew, posteriormente passaram pela fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e hoje articulam os *negócios sociais* (*inclusive business*) que conectam governos (municipais, estaduais e federal) às empresas por meio das ONGs, Fundações, Institutos e OSCIPs. Destaque para o fato de que, além dessa procedência partidária, representativa e institucional, o deslocamento desses sujeitos para a atuação na chamada sociedade civil organizada esclarece o trânsito da política contemporânea e suas novas institucionalidades, com investimento cultural na modulação de condutas pautadas pelo sustentável, além de sua necessidade de

formalização partidária governamental mesmo com valorização das variadas participações e aclamação, nas associações e organizações civis, da atuação supra e/ou apartidária.

De imediato, reitera-se o esclarecimento, feito em relatoria anterior, da aplicação diferenciada das terminologias jurídicas e sociais de ONG (Organização Não-Governamental) e OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), sendo a segunda uma certificação que o Estado, eventualmente e sob critérios específicos, fornece à primeira que, dentre outras coisas. O que, juridicamente, qualifica ONGs para fornecer ou complementar serviços públicos/estatais e participar de PPP (Parcerias Público-Privadas), segundo regulamentação disposta na a lei federal 11.079 de 30 de dezembro de 2004. Mas acrescentando a verificação de uma sobreposição do termo negócios sociais (segundo a denominação do PNUD, *inclusive business*) sobre tecnologias sociais.

Para expor esse entrelaçamento, basta notar que em torno dos três nomes fundadores do FSM, um deles francês, Bernard Cassen, orbitam as seguintes organizações: ATTAC (Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos), o jornal *Le Monde Diplomatique* (francês e brasileiro), Instituto ETHOS, Instituto Polis, Global Compact, Movimento Todos pela Educação, Pensamento Brasileiro Empresarial (PNBE), Rede Nossa São Paulo, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDS), Instituto Akatu, Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (CIVES), Fundo Brasil de Direitos Humanos, entre outras. Como já destacado em relatório anterior, essas ações operam uma expansão e atualização do poder pastoral; sua democratização e investimentos em promoção da cidadania vêm acompanhadas de uma espécie de “laicização”, que não coloca as empresas, os empresários, as fundações ou institutos apenas como pastores, mas, simultaneamente, como pastores e membros do rebanho, pois orientam suas ações por recomendações internacionais em torno de uma cultura de paz,

desenvolvimento sustentável e erradicação da miséria, apoiando-se sempre em recomendações e relatórios da ONU, em especial no cumprimento das Metas do Milênio.

Ainda em torno dessa pesquisa observa-se as recomendações em torno da necessidade de fomento de negócios inclusivos que operam convocações em torno de empreendimentos sociais que correspondem não mais a transformação de uma realidade específica, mas produção de uma cultura cidadã que corresponde a produção de seguridade individual para sujeitos empreendedores de si. Os apontamentos e documentos do relatório de IC, ainda em andamento e necessitando de complementações, expõe a simultaneidade dos anos de realização do FSM com o crescimento dos governos de Lula (Brasil), Hugo Chavez (Venezuela), Rafael Correa (Equador) e Evo Morales (Bolívia). Nesta relação a ser desenvolvida no decorrer da pesquisa, de imediato, verifica-se a não incompatibilidade de uma retórica social-democrata e da chamada esquerda partidária e altos investimentos empresariais e em capital humano. Desta maneira, se esclarece a aparente oposição entre esses governos de forte afirmação nacional e discurso desenvolvimentista e uma racionalidade neoliberal planetária.

A pesquisa concluída sobre a CUFA (Central Única de Favelas) esgotou satisfatoriamente as conexões planetárias de uma OSCIP que é criada em uma favela do Rio de Janeiro e se espalha por todo o planeta, ainda que tenha uma presença impactante em outros estados do Brasil e nos outros países presentes. Além do já exposto em relatório anterior, vale ressaltar que o relatório expõe as relações com outras OSCIPs similares como *Nós do Morro*, *Afrorregae* e *Observatório de Favelas*. Embora necessite de melhor elaboração na maneira como está exposto no relatório, é evidente que esses grupos realizam um papel de *elite secundária* nas áreas de favelas e/ou comunidades, além de expor a sobreposição, conforme indicado pelo PTE, do governo das condutas sobre o governo de Estado. Esses grupos não apenas cumprem o papel pacificador –

com projetos específicos, cursos diversos para formações de empreendedores, programas de rádio e TV, conexões por mídias sociais digitais, etc. –, como suas parcerias com redes de comunicação, empresas e governos abrem caminho para instalação de diversos programas governamentais, com destaque para UPPs, no Rio de Janeiro, Brasil Mais Seguro e PRONASCI (Programa de Nacional de Segurança Cidadã), em diversos estados e até no combate à violência entre os indígenas, como na CUFA do Mato Grosso do Sul, com a formação de um grupo de RAP *Brôs MCS*, na aldeia Jagupirú-Bororó.

O relatório referente a UPP e UPP Social, além do já exposto no sumário de ICs anterior, com dados referentes ao projeto de implementação da UPPs e um breve histórico das favelas cariocas, traz uma seleta de documentos relativos às leis e regulamentação dessas unidades. Das 19 unidades instaladas até o último relatório, nesse já são 30 unidades em funcionamento, das 40 projetadas até 2014, ano de realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil. O relatório ainda expõe as modificações nos sites da UPP e da UPP Social (com anexos para comparação), além de reunir a legislação municipal e estadual de regulamentação das unidades. Destaque para o Decreto-Lei 42.787/2011, que institui o CPP (Coordenadoria de Polícia Pacificadora). Segundo o relatório, essa coordenadoria “pretende encontrar uma ‘forma de gestão’ eficiente e efetiva para se chegar à pacificação ‘sem necessariamente ter de reproduzir a gestão tradicionalmente militar’. Para atingir seu objetivo, a CPP se estrutura a partir de uma Coordenadoria Geral subdividida em quatro coordenadorias setoriais, sendo elas: administrativa, operacional, de informação e de ensino e pesquisa. Na perspectiva da CPP, o Programa das UPPs é um *modelo de pacificação* compartilhado e também compartilhável que mobiliza a sociedade e toca ‘céticos com emoção’, sem ser arbitrário — pois precisa respeitar aqueles que vão ajudar na construção de uma rede solidária em prol de uma *segurança cidadã* —, procura a criatividade e flexibilidade para poder ‘aprender com as diferenças, respeitando-se o saber local’”.

Essa coordenadoria é responsável por articular uma série de implementações relativas tanto à UPP (sob comando do governo estadual e da prefeitura do Rio de Janeiro), quanto da UPP Social (sob comando da prefeitura e coordenação do Instituto Pereira Passos). Dentre as implementações, estão os primeiros programas de monitoramento remoto e instalação de câmeras nas favelas, em parceria com empresas como a Google e o projeto Wikimapia, que fornece Smartphones para jovens dispostos a fazer o mapeamento eletrônico da área em que vivem. Além dos cursos relativos às mais diversas atividades realizadas por meio de parcerias com empresas focadas em seus negócios sociais. Destaque para o Baile de Debutante patrocinado pela empresa de cosméticos *O Boticário*, realizado com policiais da UPP local e os programas voltados para crianças com a ajuda de cartilhas, como a produzida pelo cartunista Ziraldo. Essas ações fazem parte de um projeto da UPP Social que declara ser “preciso criar a nova geração a partir de uma nova perspectiva: da polícia como ‘cidadão de bem’, que cumpre seus deveres e respeita o Direito, assim como cada uma das crianças e jovens devem ser para terem um futuro feliz e viverem em paz”. Os documentos e sistematizações nos relatórios sobre a CUFA e as UPPs, mostram-se, em conjunto, um material vasto para descrição da formação de cidadãos orientados por uma conduta policial, assim como para os objetivos anunciados no relatório do FPCA, os investimentos a cultura de periferia mostram-se como um campo aberto para formação de cidadão interessados em segurança (como condição da existência), respeito (leia-se obediência às diversas autoridades locais) e dignidade (condições materiais mínimas de consumo e subsistência para sobrevivência). Isso tudo pelo investimento recorrente em negócios sociais e parcerias público-privadas que combinam ações empreendedoras com novas tecnologias, expandindo os governos compartilhados entre cidadãos, empresas e governabilidade institucionalizada pela representação.

Embora a princípio haja muitas semelhanças entre CUFA, 1DaSul e Cooperifa, o relatório – ainda em formulação inicial –, já apresenta um interessante material para o mapeamento desses investimentos culturais, via negócios sociais nas favelas e periferias da cidade São Paulo. Apresenta também um levantamento acerca da produção bibliográfica sobre “literatura marginal” e “cultura de periferia” em São Paulo e há um inicial levantamento dos estudos em sociologia, arquitetura e urbanismo sobre as periferias da cidade. O relatório estabelece uma convincente relação entre os objetivos específicos da ONG e da OSCIP que propõe pesquisar, com as *Metas do Milênio* e o projeto da UNESCO *Underground Sociabilities* (que no Brasil é articulado pela CUFA e o AfroReggae), que deve ser ampliado no decorrer da pesquisa. Para os objetivos do FPCA destaque para uma inicial formulação de cultura de periferia proposta no relatório e suas implicações na conduta dos moradores dessas regiões da cidade: “Esta noção de cultura da periferia englobaria tanto a ideia de um conjunto simbólico próprio dos membros das camadas populares que habitam em bairros da periferia urbana quanto a alguns produtos e movimentos artístico-culturais por eles protagonizados”.

A pesquisa “Serviços estatais: os Telecentros como método de controle dos contingentes paulistanos de baixa renda”, também encontra-se em fase de elaboração inicial, mas já traz uma interessante sistematização das leis municipais sobre “inclusão digital” e coordenadoria de “governo digital”, além de um relato da experiência do próprio pesquisador como estagiário em um Telecentro de São Paulo. Destaco as informações acerca de empresas terceirizadas (IDORT, Paineiras, Zênega, Proseg, Proview e Tecnoworld), contratadas pela prefeitura, para fornecimento de serviço digital para os cidadãos. No que diz respeito ao que foi proposto pelo fluxo em relatório anterior, destaque para a produção de banco de dados sobre os cidadãos que freqüentam os Telecentros – produzidos pelos monitores que são, em sua maioria, ex-alunos dos mesmos centros de serviços –, além do uso de

indicadores da chamada vulnerabilidade social, produzido pela Fundação Seade, como insumo para que os estagiários desenvolvam projetos de inclusão junto aos moradores do entorno dos Telecentros. A formulação e utilização desse indicador específico para produção de projetos nos referidos Telecentros é apresentada e analisada criticamente na pesquisa com recurso de material bibliográfico produzido por pesquisadores envolvidos no PTE.

Desta maneira, é possível concluir que o desenvolvimento das pesquisas de ICs cumpriram as expectativas e apresentaram resultados acima das exigências do que se esperava em termos de levantamento e sistematização de informações, documentos e dados indicados pelo FPCA para esse ano de pesquisa no PTE. Informações, documentos e bibliografia indicados nesse sumário dos relatórios de IC serão analisados e desdobrados no relatório específico do fluxo, além de compor banco de dados eletrônico disponibilizado no site do PTE.